



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

PROJETO DE LEI Nº 20/2015 que:

“Altera a Lei nº 6.464, de 19 de dezembro de 2013, que prorrogou, para fins de regularização fundiária, a vigência da espécie doação, prevista no art. 2º, II da Lei 6.127, de 21 de novembro de 2011”

AUTOR: GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ

RELATOR: Dep. SEVERO EULÁLIO

I – RELATÓRIO

Nos termos dos arts. 47, inciso VI, 59, 60 e 61 do Regimento Interno, fui nomeado relator da presente proposição para emitir parecer sobre a constitucionalidade da matéria. Para tanto, deve ser observada sua adequação formal e material com os preceitos normativos da Constituição da República de 1988 e da Constituição do Estado do Piauí de 1989.

Trata-se de projeto de lei, apresentado por Sua Excelência o Governador do Estado do Piauí, que objetiva alterar a Lei Estadual nº 6.464, de 19 de dezembro de 2013, que prorrogou, para fins de regularização fundiária, a vigência da espécie doação, prevista no art. 2º, II da Lei Estadual nº 6.127, de 21 de novembro de 2011.

É o relatório. Passo ao voto.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ

II – FUNDAMENTAÇÃO

O projeto de lei propõe dar a seguinte redação ao art. 1º da Lei Estadual nº 6.464, de 19 de dezembro de 2013:

Art. 1º. Fica prorrogada por mais 05 (cinco) anos, contados de 19 de dezembro de 2015, a regularização fundiária na espécie doação, contida no art. 2º, II, da Lei nº 6.127, de 21 de dezembro de 2011.

§ 1º. A regularização fundiária prevista no *caput* obedecerá aos procedimentos descritos na Lei nº 6.127, de 21 de novembro de 2011, e no Decreto Estadual nº 15.512, de 27 de janeiro de 2014.

§ 2º. Os beneficiários terão um prazo de seis meses, a contar da data de recebimento do Título de Domínio, para solicitar ao Instituto de Terras do Piauí – INTERPI o pagamento das despesas de transferência e registro do imóvel na modalidade de regularização fundiária da espécie doação, nos termos do art. 8º da Lei nº 6.127/2011.

§ 3º. O INTERPI disponibilizará aos beneficiários um formulário padrão de requerimento, que poderá ser preenchido e assinado por estes no momento da assinatura dos Títulos de Domínio.

De início, verifica-se que há competência do Proponente, o Governador do Estado do Piauí. De fato, dispõe o art. 75 da Constituição do Estado do Piauí que “a iniciativa das leis complementares e das leis ordinárias cabe a qualquer membro ou comissão da Assembleia Legislativa, ao Governador do Estado, ao Tribunal de Justiça, ao Procurador-Geral de Justiça e aos cidadãos, na forma prevista nesta Constituição”.

Além disso, houve o respeito ao disposto no art. 102, X e XI, da Constituição estadual, visto que o processo legislativo foi corretamente iniciado e devidamente fundamentado o projeto de lei enviado a esta Assembleia Legislativa, ora em análise.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ

Por fim, materialmente também há adequação com o ordenamento jurídico, sobretudo porque a dilação do prazo de regularização fundiária permitirá que a solução de conflitos fundiários e a regularização de terras – sobretudo na região sul do Estado do Piauí (Cerrado piauiense) – seja feita mais adequadamente, sem atropelos, na busca da concretização dos valores instrutivos dos arts. 184 e seguintes da Constituição da República, e arts. 196 e seguintes da Constituição do Estado do Piauí.

Portanto, considero a proposição constitucional em seus aspectos formais e materiais.

III – CONCLUSÃO DO VOTO

Desta forma o voto do relator é pela aprovação da matéria.

() pela aprovação

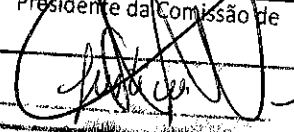
() pela rejeição

SALA DAS COMISSÕES TÉCNICAS DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PIAUÍ, Teresina, 30 de junho de 2015.


DEP. SEVERO EULÁLIO

Relator

Reunidas conjuntamente

AVADO À UNANIMIDADE
em, 14/07/2015
Presidente da Comissão de


In fine o estruturo